

Semanário Informativo

Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 25 | Novembro - 2017

**XXXII REUNIÃO DO CONSELHO DE DIRECTORES
GERAIS DAS ALFÂNDEGAS DOS PAÍSES DA CPLP**

MAPUTO, 21 A 24 DE NOVEMBRO DE 2017



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE
Amélia Muendane Nakhare

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTORA
Natércia Manhenje

COORDENADOR EDITORIAL
Fenias Zimba

REDAÇÃO
Fenias Zimba, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima,

COLABORAÇÃO
Maurício Cumbi, Pio Cassecasse, César Sucute, Liege Victorino, Ivan Gemusse, Arnaldo Teimoso, António Camacho, José Massaruge, Elísio Massangaie, Valerina Manhonga, Ana Merciana, Belton Impulá, Bruno Laranjeira, Fadil Ismael, Benjamim, Benedícia Chau

REVISÃO
Bernardino Manhaussane, Natércia Manhenje

FOTOGRAFIA
Jordão Mabote

MAQUETIZAÇÃO
Benedito Chivure

Moçambique acolhe XXXII Reunião do fórum dos Directores Gerais da CPLP

O encontro visava harmonizar aspectos de cooperação multilateral entre administrações tributárias e aduaneiras dos países membros

No âmbito da implementação do PICAT V

Moçambique acolhe Reunião do Conselho de Directores Gerais das Alfândegas da CPLP

Por: Ricardo Nhantumbo



Realizou-se em Maputo, de 21 a 24 de Novembro de 2017, a XXXII Reunião do Conselho de Directores Gerais das Alfândegas da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). O encontro contou com a participação dos Directores Gerais das Alfândegas e representantes das Alfândegas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e, ainda, do Secretário-geral da Organização Mundial das Alfândegas (OMA).

A reunião visou, entre outros aspectos, a discussão do nível de execução das actividades previstas para o presente ano, no âmbito de implementação do PICAT V, incluindo a abordagem das questões estratégicas de cooperação aduaneira, com destaque para o grau de cumprimento das recomendações emanadas das reuniões anteriores, a tomada de decisão sobre os projectos comuns, visando, deste modo, o fortalecimento da cooperação e troca de experiências no seio das

administrações aduaneiras deste organismo.

A reunião enquadra-se na cooperação entre as administrações aduaneiras dos países da CPLP, consubstanciada com a implementação de actividades definidas no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT).

A Presidente da AT, Amélia Nakhare, presidiu a sessão de abertura, em representação do Ministro de Economia e Finanças. No seu discurso, Nakhare disse que o evento era de suma importância na história da CPLP, pois concorre, grandemente, na componente pragmática da fortificação dos laços entre os países membros.

“Destacamos, com apreço, que as assimetrias de desenvolvimento económico e social dos nossos Países encontram, nesta plataforma, esforços sinérgicos de maximização das oportunidades de que cada País dispõe, sendo que o alinhamento

dos esforços de facilitação do comércio intra-comunitário dinamiza, cada vez mais, a circulação de pessoas e bens dentro da organização. O fenómeno de globalização e a crescente internacionalização interdependente da economia mundial coloca aos nossos Países, desafios permanentes, no que respeita à necessidade de desenvolvimento de mecanismos de cooperação no âmbito da administração aduaneira”, disse.

Numa outra abordagem Nakhare encorajou iniciativas de género, visto que servem para estreitar mecanismos de combate ao crime financeiro que infelizmente continua a dilacerar as economias de vários países. *“É com grande satisfação que registámos progressos assinaláveis na implementação do Programa Integrado de Cooperação Aduaneira para triénio 2016 – 2018, em particular a continuação do trabalho no âmbito do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias e sobre Convenção de*



Adriano Maleiane
Ministro da Economia e Finanças



Amélia Nakhare
Presidente da AT



Francisco Curinha
Secretário Geral das Alfândegas da CPLP

Quioto Revisto, que são instrumentos internacionais reguladores do sistema de gestão aduaneira, o que torna o alinhamento dos países falantes da língua portuguesa, nesta matéria, imprescindível”, acrescentou.

Nakhare disse, ainda, que o protocolo que instituiu o Conselho dos Directores Gerais das Alfândegas da CPLP estabelece, entre vários objectivos, a necessidade de estreitamento das relações de cooperação entre os estados membros no domínio aduaneiro, incluindo o estabelecimento das bases de assistência mútua entre as respectivas administrações aduaneiras, na luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como o incremento de programas de modernização das administrações

aduanейras dos países da CPLP.

A dirigente da AT destacou, igualmente, os desafios relacionados com a necessidade de implementação coordenada de acções visando o combate ao crime aduaneiro, apelando a maior cooperação, com destaque para a troca de informações, pois esta representa uma reacção conjunta dos Estados em face desses problemas que lhes são comuns. *“A troca de informações permite a partilha de documentos que servem de suporte para a mitigação de efeitos ou actos perversos a economia”,* enfatizou.

Ao terminar, a Presidente da AT fez um vigoroso apelo, no sentido de que o encontro de Maputo apresentasse soluções pragmáticas de

coordenação, através de troca de experiências e desenho de medidas concretas de modernização dos sistemas de gestão aduaneira vis-à-vis o melhor controlo e facilitação do comércio seguro e legítimo.

No mesmo diapasão, Francisco Curinha, Secretário-geral do Conselho dos Directores Gerais das Alfândegas da CPLP, disse que em termos formais, a reunião anual do conselho está prevista no protocolo de cooperação que instituiu a conferência dos directores gerais dos países de Língua Oficial Portuguesa e permite aos representantes das administrações, apresentarem temas sobre suas práticas.

Curinha, no seu discurso, disse que é necessário



impulsionar a renovação do programa integrado de cooperação multilateral também para a área tributária, visto que o programa aduaneiro isolado corre o risco de não progredir ou de poder ser substancialmente reduzido, uma vez que nos dias que correm, os países tendem a adoptar Administrações Tributárias e Aduaneiras.

Por fim, Curinha terminou sua intervenção citando as palavras da Secretária Executiva da CPLP, Maria Do Carmo Silveira, segundo as quais, *“A Língua e a Cultura constituem uma dimensão elementar do ser humano e estão na génese da CPLP, ecoando, estes dois conceitos, como a base de uma plataforma multilateral que pretende projectar o desenvolvimento”*.

No quarto e último dia da reunião, o Ministro de Economia e Finanças, Adriano Maleiane, procedeu ao encerramento deste evento internacional, que passamos a trazer alguns estratos do seu discurso: *“Anoto, com satisfação, o ambiente saudável em que decorreram as discussões no intuito de fortificar, cada vez mais, os laços de cooperação na área de gestão aduaneira entre os países falantes da língua portuguesa, que tem o grande desafio de agregar interesses de nações com realidades distintas e*

dispersas, por quatro continentes, nomeadamente, África, Europa, Ásia e América”.

Maleiane, disse ainda que, *“apraz igualmente ao nosso Governo registar a unanimidade que todos temos relativamente aos progressos significativos que a Organização Mundial das Alfândegas tem estado a alcançar, particularmente no que diz respeito a implementação do principal instrumento de trabalho operacional do Conselho dos Directores das Alfândegas. Refiro-me ao Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica – PICAT, definido para o triénio 2016 – 2018, que logrou realizar 93 acções de cooperação das 95 programadas”*.

A fonte destacou, ainda, o facto dos Países da CPLP puderem se expressar em língua portuguesa em organizações internacionais como a OMA *“constitui, para nós, um grande ganho e orgulho, sendo de recomendar a participação activa dos Senhores Directores Gerais das Alfândegas na preservação e uso sistemático desta língua em documentos da OMA, em especial para melhor divulgação e aproveitamento de projectos de interesse comum”*.

Continuando, a fonte disse que a actual economia do mercado a escala planetária e o contexto de abrandamento da taxa de crescimento da economia mundial, exigem das Alfândegas mecanismos mais eficientes de colaboração sinérgica, visando maior controlo da fuga ao fisco e do contrabando e fraude transfronteiriço, medidas que contribuem para o aumento da receita aduaneira de mercadorias, no contexto do comércio internacional.

De acordo com Maleiane, Moçambique, na qualidade de País anfitrião, almeja que na próxima Reunião dos Directores Gerais das Alfândegas que se vai realizar em Novembro de 2018, em Portugal, estejam firmados os compromissos desta Reunião de Maputo, reflectindo-se numa maior e melhor actuação e desempenho institucional das alfândegas da CPLP no contexto da OMA.

Por fim, o Ministro da Economia e Finanças, disse que estava convicto de que os convidados àquele evento saberão partilhar as melhores ideias e experiências, com vista a poder se alinhar às políticas e estratégias para uma verdadeira reforma aduaneira a nível de Moçambique. 🌱



AT e Ministério da Administração Estatal e Função Pública selam Memorando de Entendimento

Por: Ricardo Nhantumbo



A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) assinaram, a 17 de Novembro corrente, em Maputo, um Memorando de Entendimento, que tem como objecto o estabelecimento de mecanismos de cooperação interinstitucional, com vista à harmonização e fortalecimento da actividade de Fiscalização e Inspeção Administrativa entre a AT e a Inspeção Geral da Administração Pública (IGAP).

O acto, que foi protagonizado por Amélia Nakhare e Carmelita Namashulua, Presidente da AT e Ministra do MAEFP, respectivamente, na presença de quadros a diversos níveis das duas instituições,

marca o início de uma cooperação bilateral, baseada, fundamentalmente, na capacitação do corpo de inspectores administrativos da AT em matérias de inspeção e fiscalização administrativa.

Para a materialização do Memorando de Entendimento ora assinado, a AT deve criar condições para que os funcionários dos órgãos centrais, regionais, provinciais e distritais, que realizam actividades de inspeção e fiscalização administrativa, estejam organizados para se beneficiarem da capacitação pretendida, bem como deve participar, activamente, na concepção e partilha de conteúdos programáticos específicos

e complementares, envolvendo funcionários da IGAP, vinculados por Memorando.

O documento prevê, ainda, que a AT deve garantir o atendimento personalizado dos funcionários da IGAP, vinculados por este memorando e na implementação deste, para esclarecimento em tudo quanto diga respeito à matéria tributária, para além de colaborar na realização de estudos e outras actividades de especialidade, envolvendo matérias de interesse das partes, incluindo a disponibilização de informação referente à matéria tributária, aos funcionários da IGAP vinculados pelo presente Memorando de Entendimento.

À luz do memorando em alusão, são responsabilidades do MAEFP a coordenação do plano de actividades, com vista à materialização da formação, assegurar a participação dos funcionários da IGAP nas actividades necessárias para o alcance do objectivo deste memorando, incluindo a concepção e partilha com a AT, de conteúdos programáticos, entre outras.

A Presidente da AT, Amélia Nakhare, disse, no seu discurso, que a materialização dos objectivos da sua instituição, que se traduzem em assegurar a eficácia, eficiência e equidade na aplicação da política fiscal e aduaneira, passa necessariamente por garantir maior comodidade aos contribuintes e a massificação do cumprimento atempado das obrigações tributárias, sendo que, para prossecução desses objectivos, exige-se melhor eficácia das acções de inspecção, tendentes a zelar pelo cumprimento das disposições legais administrativas, fiscais e aduaneiras. *“Foi nesta base, que tomámos a decisão conjunta, de avançar com a assinatura do memorando de entendimento, que irá proporcionar os mecanismos de articulação interinstitucional e melhorar a eficácia nos nossos procedimentos”.*

Ao terminar, Nakhare falou das competências da Inspeção Geral da Administração Pública,

ao mesmo tempo que reiterou o interesse da AT em ver consolidada a articulação e coordenação institucional. *“Quero assegurar que a selagem deste memorando irá permitir que se preencha o vazio que ainda se observa no cumprimento da Lei na AT, para além de garantir a boa gestão da coisa pública, proteger os interesses do Estado, dos particulares e, acima de tudo, promover a cultura de prestação de contas pelos gestores públicos”.*

Por seu turno, Camelita Namashulua, disse que *“o Memorando de Entendimento que acabámos de assinar será um dos pilares das nossas relações interinstitucionais, por outro lado, visa incentivar os inspectores a se empenharem, afinadamente, no cumprimento do Plano de Acção da Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública 2016-2019, no qual o reforço de integridade e combate à corrupção na administração pública constitui uma prioridade do nosso Governo. Como é do vosso conhecimento, o MAEFP é um órgão central do Aparelho do Estado responsável pela organização, funcionamento e inspecção da administração pública, e é neste sentido que se assiste a tarefa de promover acções de capacitação e de formação a todos os funcionários da administração pública”.*

Namashulua fez saber que as acções de formação,

que irão decorrer no âmbito da implementação do memorando, terão um papel fundamental nas acções inspectivas e irão contribuir, sobremaneira, para o funcionamento do sistema de gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, visando proteger os interesses do Estado. *“Quando falamos de formação, não nos referimos apenas à organização de seminários e reuniões, mas também ao estudo da legislação, pois os inspectores devem ter domínio das normas que regem a organização e funcionamento da administração pública para que a sua acção contribua para a criação de um bom ambiente, de maior legalidade na prevenção e combate à corrupção”*, aclarou Namashulua.

As inspecções decorrem pelo facto de os servidores públicos, nas suas funções, serem susceptíveis de cometer falhas, sendo, por isso, necessário exercer permanentemente acções de fiscalização e monitoria, *“para que por um lado, evitemos e possamos prevenir a prática de ilegalidades, mas por outro lado, possamos detectar e corrigir irregularidades em tempo útil, promovendo deste modo o respeito pela legalidade das instituições públicas e a transparência na gestão da coisa pública”*, concluiu.✍



Balanço das acções de fiscalização à facturação na Cidade de Maputo

Por: *Helmano Nhatitima*

As acções da Campanha de Fiscalização à Facturação, vem decorrendo a bom ritmo, sendo que as actividades estão a ser realizadas à escala nacional.

Até a semana finda, dia 17 de Novembro, já haviam sido visitadas cerca de 1330 empresas, onde foram feitas 88 advertências, 4 apreensões e 248 propostas de Auditorias. As autoridades fiscais puderam, ainda, apurar que daquele universo de empresas escaladas, 263 tinham facturação irregular, 34 empresas devem actualizar o registo, 34 empresas tinham mercadoria sem documentos de suporte, 23 empresas devem regularizar o regime fiscal em que se encontram, 7 empresas devem requerer o selo, 48 empresas devem requerer a facturação electrónica, entre outras falhas detectadas.

No terreno, pôde-se constatar como principais infracções e/ou erros de procedimentos, por parte

dos operadores económicos, a falta de emissão regular de facturas ou documentos equivalentes, emissão destas em língua e moeda estrangeira, uso de facturas ou documentos equivalentes impressos por tipografias não autorizadas, uso de sistemas informáticos de facturação não autorizados pela AT, aquisição de mercadorias sem facturas, existência de empresas a operarem sem registo fiscal, empresas do regime simplificado/isenção que usam livros de facturação do regime normal, e existência de empresas com sucursais não registadas.

Como forma de dar segmento às acções em curso, a Autoridade Tributária continuará a realizar visitas de monitoria aos estabelecimentos comerciais, de forma a aferir o grau do cumprimento das recomendações deixadas aquando da fiscalização, no que tange à emissão de facturas, aquisição de mercadorias com facturas/documento de suporte, monitoria os sujeitos passivos ou instá-lo no

sentido de regularizar a situação junto à DAF.

Monitorar e verificar a fiabilidade dos sistemas informáticos de facturação utilizados pelas empresas, por um lado, e desenvolvimento de um trabalho junto da OCAM com vista a fazer-se o levantamento de todos contabilistas inscritos na ordem, para efeitos de responsabilização dos seus actos relativamente às empresas que não obedecem a lei (Plano Geral de Contabilidade e Códigos do IVA e Imposto sobre o Rendimento), por outro, são algumas das acções a tomar em conta para fazer face aos problemas constatados.

Importa referir que esta campanha, levada à cabo pela Administração Tributária, visa não só fazer a auditoria e fiscalização junto dos operadores económicos, mas também sensibilizar os mesmos através da Educação Fiscal sobre a necessidade do cumprimento voluntário das suas obrigações fiscais.



Marta Mulhule profere palestra na AT

Por: Ricardo Nhantumbo e Benedita Chau



A Psicóloga e Pós-Graduada em Desenvolvimento e Orientação da Família, Marta Mulhule proferiu, recentemente, no Auditório do Edifício-Sede da Autoridade Tributária, em Maputo, uma palestra subordinada ao Tema **“Auto – Responsabilidade, a chave para grandes Mudanças”**, dirigida aos funcionários desta instituição. A palestrante definiu a auto-responsabilidade como sendo a capacidade racional e emocional de trazer para si toda a responsabilidade por tudo o que faz.

Tratou-se de um evento bastante emotivo, pela forma como a oradora conduziu a palestra, e pela profundidade das expressões usadas. O facto é que a palestrante, socorrendo-se da sua larga e rica experiência académica, posicionou-se da melhor forma, tendo falado abertamente dos

aspectos concretos que enfermam as instituições públicas, de um modo geral e, em particular, a AT. Na sua explanação, a palestrante procurou despertar nos participantes a necessidade de, no desempenho das suas funções, terem em conta o sentido de auto-responsabilização, o que significa que é dever de cada um assumir os resultados das suas acções, sem procurar encontrar culpados pois, segundo ela, cada um tem sua quota-parte em qualquer actividade que for a desenvolver.

Ao chamar à responsabilidade de cada um dos funcionários, para o sucesso ou insucesso dos propósitos da AT, Marta Mulhule, trouxe para a reflexão da plateia, as seis Leis da Auto-responsabilidade, a saber: **I- Se for para criticar (pessoas)... cale-se, II- Se for reclamar (das circunstância)... dê sugestões, III- Se for buscar**

culpados... busque a solução, IV- Se for se fazer de vítima... faça-se de vencedor, V- Se for justificar seus erros... aprenda com eles e, VI- Se for julgar alguém... julgue a atitude da pessoa.

Como se pode depreender, são expressões que merecem uma profunda reflexão, quer na vida social, quer na vida profissional. Somos todos chamados a fazer uma introspecção, em cada passo das nossas vidas, porque só assim, iremos nos rever nestas seis leis e, por conseguinte tornarmo-nos, de facto, auto-responsáveis.

Mulhule mostrou ser uma exímia articulista de palavras comoventes, ao se referir que a maior preocupação da geração que neste momento tem o privilégio de pertencer os quadros da AT é procurar saber... *“que legado irá deixar para as*



Amélia Nakhare
Presidente da AT

gerações vindouras”? Na verdade, o momento foi mais do que de uma palestra, mas sim uma ampla reflexão, sobre o nosso papel dentro da Instituição e na sociedade em geral.

Foi neste entender que a Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Nakhare, nas suas considerações finais, não conseguiu esconder a sua emoção, servindo-se das palavras da palestrante para corporizar a sua intervenção, nos seguintes termos: *“Primeiro quero agradecer a palestrante pelos ensinamentos que me deu a mim como pessoa e como dirigente desta instituição, que tem grandes desafios e uma responsabilidade acrescida para com o povo moçambicano. Dizer também que durante a palestra registei muita informação valiosa, mas quero destacar as seis leis de auto-responsabilidade que acredito que se eu implementar na minha vida, vão me ajudar”*.

“Espero que os ensinamentos aqui deixados venham melhorar não apenas a mim, mas a instituição e a minha família. Vou passar a procurar dentro de mim as soluções e não responsabilizar aos outros pelas falhas”.

“De todas essas leis acho que a segunda é aquela que mais me regenera, porque permite que de nós mesmos digamos: eu posso fazer melhor desafiando, eu acredito que se eu disser que não preciso mais de me intimidar, mas devo encontrar em cada circunstância uma oportunidade, eu poderei ter melhores resultados”.

Sobre a questão de aprender com os seus próprios erros, a Presidente da AT defende que se faça uso profundo, porque no seu entender, a partir da

altura que diz *“bom, já errei, mas este erro que eu não repito nunca mais”*, é uma arma muito importante para se aperfeiçoar, incluindo o aprender através dos erros dos outros.

“Se considerarmos que estes são os princípios que devem nortear a nossa forma de ser e estar, seremos melhores e iremos perceber que nós como Autoridade Tributária temos uma missão muito nobre, porque a nossa responsabilidade já transcende ao país. Quando olhamos para o nosso dia-a-dia temos que pensar em cada moçambicano que ainda anda de “my-love” e projectarmos que com o nosso esforço, amanhã ele tem que apanhar um autocarro”.

Num outro desenvolvimento, a dirigente da AT reconheceu a delicadeza e natureza do trabalho exercido pela instituição, que vezes sem conta, põe o funcionário numa situação de vulnerabilidade.

“Nós lidamos com uma matéria que é muito sensível que é o dinheiro, que como sabem, corrompeu Judas que era um homem muito forte e tinha fé e se acreditava que iria para salvação, mas foi para a morte, por causa do dinheiro, apontando igualmente a necessidade de se ter, também, uma sociedade moralizada”.

“Os nossos colegas são tentados vinte quatro horas por dia por assédio externo, podemos dizer que os nossos funcionários são corruptos, mas são mais corrompidos. O que temos de dizer é que sim senhora, somos uma gota no oceano. Mas se o oceano estiver entorpecido e apenas a gota estiver limpa nós vamos dizer que temos um oceano entorpecido, não vamos dizer que temos uma gota limpa no oceano. Este é um grande

desafio dos pouco mais de quatro mil funcionários que a Autoridade Tributária tem. Colegas, quando sairmos para o trabalho devemos estar conscientes que vamos enfrentar um mundo completamente adverso, mas a energia positiva deve prevalecer. Portanto, nós acreditamos que com trabalhos de género iremos triunfar”, rematou Nakhare.

Nakhare, alvitra que o problema de Moçambique não seja identificado como problema da Autoridade Tributária. *“Neste momento, nós somos os tais conotados como corruptos, porque é onde as coisas estão visíveis, mas sem olharmos como é que ambiente que nos rodeia está. Sem querer iniciar uma outra palestra quis continuar simplesmente a encorajar os colegas, e dizer que nós estamos numa sociedade difícil mas podemos ser uma referência pela positiva”*.

De acordo com a Nakhare, a palestra trouxe semente de esperança nos corações de cada um, que todos os dias se sacrifica, realizando o seu trabalho com dedicação, zelo e integridade, mesmo com situações de família difíceis, abster-se de esquemas de corrupção que em nada abonam o bom nome da instituição, muito menos do próprio funcionário, sabendo que mesmo que não se vitimize é vitimizado.

Refira-se que Marta Mulhule é Psicóloga, Coach UI, Head Trainer, Master Coach, Personal Seaf Coah, Pós-Graduada em Desenvolvimento e Orientação da Família, e por iniciativa pessoal largou melhores condições de emprego e de vida, que tinha no Brasil, regressando ao país, onde se tem dedicado a ministrar palestras, nas áreas afins. 



Marta Mulhule

Psicóloga, head trainer, master coach, personal self coach, pós-graduada em desenvolvimento e orientação da família

No âmbito do cumprimento do Regulamento de Selagem Obrigatória de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado

Os SPAG apertam o cerco

Por: Belton Impula



Tendo em vista cumprimento integral do Diploma Ministerial nº 59/2016 de 14 e Setembro, relativo a selagem obrigatória de bebidas alcoólicas e de tabaco manufacturado, a Delegação Provincial da Autoridade Tributaria de Gaza, através dos Serviços Provinciais das Alfândegas, tem estado a intensificar acções de fiscalização com recurso a Postos fixos e móveis, de forma a reduzir os níveis de contrabando, fuga ao fisco, e descaminho de mercadorias.

Neste contexto, como resultado das incursões cirúrgicas realizadas pela AT em Gaza, foram

efectuadas várias apreensões de mercadoria diversa, em conflito com a Lei fiscal aplicável no território nacional. Destas, pode-se destacar 3.202 garrafas de bebidas alcoólicas (vinhos e espirituosas) e 12.576 maços de cigarros, todos sem selo de controlo fiscal.

Segundo o Director Provincial das Alfandegas, Teotónio Aminosse, estas acções são de capital importância para os desafios relativos a redução dos índices de evasão fiscal, uma vez que a Província de Gaza tem uma localização estratégica e inevitável no que tange ao transporte terrestre

de mercadorias da Cidade de Maputo para outros pontos do país, pelo que as fiscalizações devem ser intensas, principalmente ao longo da estrada Nacional Numero 1.

Por sua vez, Maria Machicoa, Delegada Provincial, considera importante que estas acções sejam estendidas para a zona norte da Província, abrangendo assim os corredores que dão acesso à África do Sul e ao Zimbabwe através dos Postos fronteiriços de Pafúri e Chicualacuala, de forma a tornar a Província de Gaza uma terra inóspita para acções que atentem a economia Nacional. 

A adesão do INIP à JUE

O Seminário sobre o Desembaraço Aduaneiro do Pescado na Janela Única Electrónica – JUE

Por: Valerdina Manhonga



Decorreu, no passado 23 de Novembro de 2017, no Hotel VIP, o Seminário sobre o Desembaraço Aduaneiro do Pescado na Janela única Electrónica – JUE, para automatização do pedido de Licença e Certificados Sanitários ao Instituto Nacional de Inspeção do Pescado – INIP, no âmbito do acompanhamento de desenvolvimento tecnológico pelo INIP, no que tange ao controlo de importação de pescado no mercado, pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, que entra em vigor, numa primeira fase, em Maputo, em Janeiro de 2018.

Este evento promovido pela JUE em coordenação

com o INIP, teve como painelistas Directora Nacional de Inspeção do Pescado, Lúcia Sumabana Santos, Director de Normaço e Procedimentos Aduaneiros, Joaquim Macúacua, Director Provincial das Alfândegas da Cidade de Maputo, Adriano Cháuque, Chefe de Divisão do Projecto da Janela Única Electrónica, Esmeralda Machel, Sónia Pereira técnica do INIP e o palestrante Raul Zefanias da equipe de Coordenação da JUE.

Esmeralda Machel, Coordenadora da Projecto, que trabalha desde o ano transacto com o INIP, informou que a JUE possui para além do TRADNET e CMS uma plataforma que permite interacção

entre Ministérios, Direcções e outras Entidades intervenientes no processo de desembaraço, com os respectivos operadores através do MDE. “Esta plataforma foi aderida por várias instituições, algumas das quais que já emitem licenças, certificados e outro tipo de autorizações”, frisou Machel.

O palestrante Raúl Zefanias, na sua abordagem, explicou, aos operadores, que esta acção surge na necessidade imposta ao País, no controlo de divisas arrecadadas, em resultado da exportação do pescado Moçambicano para o exterior, bem como na melhoria da qualidade e

eficiência da comunicação entre várias Entidades Governamentais, nomeadamente INIP e Alfândega. O sistema passará a processar dados e não documentos, melhorando a qualidade de informação e o controlo do tempo de desembaraço, facilitando assim, a automatização do processo de submissão de Licenças e certificados para importação e exportação de pescado. Por outro lado, irá garantir a redução do uso de papel na tramitação dos pedidos de Licença, a transparência no processo de submissão e aprovação dos pedidos de Licença e a redução do tempo de processamento dos pedidos de Licença. Para garantir a flexibilidade deste projecto a JUE conta com a parceria do Banco de Moçambique,

Bancos Comerciais, INATTER, Ministério de Economia e Finanças, Ministério da Indústria e Comércio, Instituto Nacional de Estatística, GAZEDA, CPI, ANAC, interligados na base de dados através do MTN, MCMS e MDA.

Após um longo debate, a equipe da JUE e INIP garantiram que irão aprimorar os aspectos levantados pelos operadores para que o projecto-piloto, que será implementado, nesta primeira fase, na Cidade e Província de Maputo, seja um sucesso. Serão identificadas as empresas para participar no arranque do mesmo em Janeiro 2018, e o primeiro critério de selecção será voluntariedade e caso não corra bem, serão

desenhados critérios de selecção.

Por sua vez, a Directora Nacional do INIP, Lúcia Sumabana Santos disse ser de extrema importância a sensibilização aos operadores e, por sua vez, ser importante o contributo dos operadores nesta adesão à automatização do pedido de Licença e Certificados Sanitários ao INIP, para permitir que atinja o ponto óptimo da facilitação dos processos de desembaraço aduaneiro, reduzindo os custos de deslocação e recursos logísticos. 





Missão

Arrecadar receitas, de forma justa e transparente, para financiamento da despesa pública e proteger a economia e a sociedade

Visão

Ser referência internacional na arrecadação de receitas e prestação de serviços tributários

Valores

Legalidade, Eficiência e Integridade (LEI)



TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE